

Teologia Trinitária e Política

Aproximações e Diferenças

Pe. Dr. Vitor Galdino Feller
Professor de Teologia Sistemática

INTRODUÇÃO

Este artigo não tem o objetivo de apresentar algo novo. Pretende apenas relacionar um item do tratado da teologia trinitária com o tema da Campanha da Fraternidade de 1996. Deste modo, relaciona teologia e política, ou, mais propriamente, Trindade e Política.

Trata-se de explicitar os fundamentos teológicos da política, de perceber como o imaginário teológico tem a ver com o exercício do poder, eclesial e social.

Toda teologia é elaborada em um chão determinado. A prática política de um povo influencia sobre a imagem que aí se constrói de Deus. Existe correspondência entre as idéias religiosas e o estatuto político (MOLTMANN, 1983, 208ss). Em cada época e em cada sociedade se conceberam as mais diversas noções de Deus, todas elas saídas do chão cultural, político e econômico. Uma vez construídas, essas imagens de Deus, esses modelos teológicos, passam por sua vez a influenciar a prática política e as relações sociais, tanto do povo e do tempo que as produziram, quanto sobretudo dos povos que vieram a recebê-las no decorrer do empenho evangelizador e missionário. Enquanto o modelo produzido estiver plantado no seu próprio chão, ele responde, bem ou mal, aos desafios do seu tempo. Porém, quando esses modelos se cristalizam e passam a pesar sobre os contextos diversos dos séculos futuros, acontecem grandes desvios na práxis cristã e, até mesmo, na formulação ortodoxa da fé que o modelo pretende defender.

A teologia trinitária contempla três modelos de acesso racional à revelação do mistério de Deus (BOFF, 1987, 62-70.102-111). Dois deles produzidos na sociedade tradicional, pré-moderna, nos primeiros séculos do cristianismo, no ambiente da cultura greco-romano-germânica. Foram inseridos na Tradição da fé cristã, nos manuais de teologia, na experiência mística e na pregação, influenciando fortemente sobre o modo como se deu a organização da vida social e eclesial dos povos formados no caldeirão do cristianismo. Carregam ao mesmo tempo valores e problemas para a vivência pastoral e a prática política. O terceiro modelo está sendo forjado em nosso tempo moderno e pós-moderno, com as dificuldades inerentes às sementes que, lançadas à terra, buscam a germinação, em vista do crescimento da árvore para a produção de frutos.

Vejam os um por um destes três modelos de teologia trinitária, sua origem e proposta teológica e pastoral, seus riscos e problemas, sua influência sobre o exercício do poder político na sociedade e na Igreja, sua superação pelo encontro fecundo com outros modelos.

1. A MONARQUIA DO PAI: PATRIARCALISMO OU SERVIÇO DE COMUNHÃO?

1.1. O CAMINHO: TRANSCENDÊNCIA E MISTÉRIO

O primeiro modelo surgiu nos primeiros quatro séculos, no Oriente, no contexto do fortalecimento do poder do imperador sobre a sociedade e sobre a Igreja. Formulado na língua grega, tem como autores os Padres gregos, entre eles ORÍGENES (+ 254), ATANÁSIO (+ 373) e os capadócius BASÍLIO MAGNO (+ 379), GREGÓRIO NAZIANZENO (+ 390) e GREGÓRIO DE NISSA (+ 394). Seu ponto de partida é a pessoa do Pai. Para esses teólogos, Deus é o Pai, tal como aparece na Escritura, o Javé libertador dos israelitas e Pai de Jesus Cristo. Conforme a ordem de relações sugerida na economia da salvação, ele é o único princípio (*monê-archê*), a monarquia, a fonte, manancial e origem de tudo. Tanto da vida intra-divina e, portanto, da divindade do Filho e do Espírito Santo, quanto da criação e da história. Ele é o mistério absoluto, inacessível, a fonte que, ao mesmo tempo que faz brotar a vida, também se retrai. A mão que, enquanto se abre para dar, também se fecha para subtrair-se a qualquer aproximação. Ele é o Deus oculto e escondido, que, no entanto, se revela através de suas duas mãos: sua Palavra (o Filho), e o Sopro (o Espírito) que sai com a Palavra.

Esta teologia pretende preservar o sentido do mistério. Ainda hoje, a teologia oriental é ciosa do mistério. Tem, por isso, preocupações mais estéticas e místicas do que éticas e políticas. Reserva o mistério à esfera sagrada do culto e da oração, da adoração, da contemplação e do louvor. Ressalta a monarquia do Pai, entendendo monarquia no sentido teológico-trinitário: na Trindade há um só princípio que é o Pai. Se houvesse dois princípios, estaria quebrado o movimento da comunhão trinitária. Mas, acrescenta logo que a monarquia do Pai não impede, ao contrário, é ela que dinamiza a participação do Filho e do Espírito, ambos procedentes do Pai, participantes de sua mesma divindade, com igual dignidade e majestade. O Pai exerce sua monarquia como serviço, exerce sua autoridade (*auctor*, de *augere* = fazer crescer) como agente e cabeça da comunhão trinitária. Desse modo, a fórmula de louvor à Trindade é dirigida ao Pai, pelo Filho, no Espírito, num reconhecimento de que toda graça vem do Pai, pelo Filho, no Espírito. Neste movimento de vinda e ida, o Pai encontra-se no ápice do mistério intra-trinitário e da história salvífica. É, portanto, um caminho teológico que, embora partindo da divindade do Pai, chega à afirmação clara e explícita da fé bíblica e ortodoxa

divindade de cada uma das três pessoas na comunhão finita do amor.

1.2. O PERIGO: PATRIARCALISMO E ESPIRITUALISMO

Ao lado do valor dado ao mistério e à mística, à estética e ao louvor, este modelo carrega, porém, um grande perigo, não sempre evitado no decorrer da história da teologia, da pastoral e da política cristãs. Com efeito, situando-se no mesmo ponto de partida - a divindade do Pai -, se desenvolverá a heresia do subordinacionismo, que vê o Filho e o Espírito Santo subordinados ao Pai. Trata-se de uma heresia trinitária que se expressou em duas vertentes. O arianismo ou subordinacionismo ariano, do presbítero de Alexandria ARIÓ (+ 337), vê o Filho como um semi-deus ou um super-herói, uma criatura, ainda que a mais excelsa, que participa, não por natureza, mas só por adoção e subordinacionismo, da divindade do Pai. O pneumatomaquismo (*pneûmatikhê* = luta contra o Espírito) ou subordinacionismo maccedoniano, do bispo de Constantinopla MACEDÔNIO, na segunda metade do século IV, vê o Espírito Santo como um criado, um sopro de Deus, participante da natureza divina não por natureza, mas só por emanção. Assim, pois, com a ocupação de salvar a glória única do Pai, acaba-se com a divindade, instaurando a concepção de um Deus que, sendo criador e Senhor do Universo, domina solitário a obra da criação, da qual até mesmo o Filho e o Espírito fazem parte, não como criaturas especiais. A divindade do Filho e do Espírito Santo são negadas para salvar a monarquia do Pai.

Estas heresias esvaziam o conteúdo da fé, que sempre fala de três sujeitos atuantes numa única história da salvação, inter-dependentes em suas ações na história da revelação. Como cremos que na economia da salvação se revela o ser mesmo de Deus, devemos crer que na intimidade da vida intra-trinitária há um movimento em que os três são livres e interdependentes entre si, sem dominação e sem subordinacionismo, ainda que se reconheça - a partir da história da revelação, em que o Pai envia o Filho e o Espírito Santo - na ordem de relações em que o Pai seja o princípio da divindade das outras duas pessoas.

Fica evidente o perigo que surge quando se trata de aplicar esta teologia à política. Menos na vertente ortodoxa dos Padres gregos, bem mais na vertente herética de ARIÓ e MACEDÔNIO, este modelo traz sérios riscos. Ele leva a um evidente paternalismo e patriarcalismo. Cria-se uma "religião do Pai", visto como senhor absoluto, representado na terra por seu Filho, o qual, por sua vez, é visibilizado no chefe espiritual e/ou político (PASTOR, 1982, 65). Nas relações intra-eclésiásticas, esta "religião" é caracterizada pelo verticalismo espiritual, pelo monarquismo papal e episcopal, pelo clericalismo eclesiástico, pelo juridicismo e pelo triunfalismo. Também nas relações sociais e políticas, este modelo exerceu sua influência, enquanto justificava toda pretensão absolutista dos monarcas e déspotas que no decorrer dos séculos entendiam-se como representantes diretos de Deus. Criticando este modelo, afirma MOLTSMANN: "A glória do Deus trino não se reflete nas coroas dos reis nem nos triunfos dos vencedores, mas no rosto do Crucificado e no rosto dos oprimidos, dos quais ele se fez irmão. Ele é o único modelo visível do Deus invisível. A glória de Deus trino se

reflete também na comunidade de Cristo: a dos fiéis e dos pobres" (Id., 1983, 214s).

Tanto na Igreja quanto na sociedade, não há lugar para as bases. O Papa na Igreja, o rei ou presidente na nação, o diretor ou professor na escola, o pai na família, o padre na paróquia, etc., cada um no seu nível é senhor das decisões que dizem respeito a todos. Os leigos não têm vez e voz na Igreja, os cidadãos não participam das eleições, as crianças e os jovens e as mulheres devem obedecer ao chefe da casa, as minorias são reprimidas. Foi só com o advento da modernidade que passou a prevalecer uma concepção e uma prática mais democrática do exercício do poder e da organização da sociedade.

Este modelo traz ainda outro grande perigo: o espiritualismo desencarnado da realidade. Lembrando que o maniqueísmo é "a base psicológica do arianismo", J. L. SEGUNDO adverte para o perigo do espiritualismo. O maniqueísmo espiritualista, tão presente nos movimentos gnósticos e espíritas de nosso tempo, mas também em ambientes cristãos, separa a história em duas, divide o ser humano em corpo e espírito, valorizando só a dimensão espiritual e religiosa, enxergando Deus só nos limites do sagrado, impossibilitando o acesso ao mistério pela mediação da matéria e da conflitividade da história. Foi seguindo este princípio que o arianismo, negando a possibilidade de união do humano, do material e biológico com o divino, chegou também à negação da divindade de Jesus. Os cristãos que procuram um Deus nas alturas, um Pai sem mundo, um Cristo sem práxis, uma fé sem política, estão esquecendo que o mistério se esconde na história (SEGUNDO, 1977, 143-159; FELLER, 1988, 147-151).

1.3. A META: A AUTORIDADE SERVIÇAL

Se este modelo acarreta os riscos do paternalismo e patriarcalismo e do maniqueísmo e espiritualismo, nas suas variantes eclesiásticas e culturais, ele traz contudo tanto o apelo à exigência da autoridade para o serviço da coordenação e da organização, quanto a interpelação para o sentido do mistério e da espiritualidade. Nenhuma organização eclesial ou social sobrevive sem a dinâmica interna do exercício do poder e sem uma referência à verticalidade transcendente do mistério. Na Trindade, o poder do Pai é exercido como serviço à comunhão. A Trindade, na concepção fiel deste primeiro

"Fica evidente o perigo que surge quando se trata de aplicar esta teologia à política"

modelo de reflexão teológica, torna-se crítica a toda forma de autoritarismo e espiritualismo, bem como inspiração para a vida em comunhão onde o poder é exercido não como monopólio mas como partilha, e onde todos buscam a fraternidade no encontro com o mistério do Pai (Puebla 241).

2. A ESSÊNCIA DO UNO: UNIFORMIZAÇÃO OU EMPENHO PELA UNIDADE?

2.1. O CAMINHO: UNIDADE E ORGANIZAÇÃO

O segundo modelo surgiu a partir do quarto século, no Ocidente, no contexto da preocupação com a unidade do Império romano ameaçado pelas invasões dos povos do Norte. Foi reforçado no início do segundo milênio, no contexto da preocupação com a unidade da Europa e da Cristandade medieval, na época da formação das nações e dos primeiros sinais de emancipação da tutela eclesiástica. Formulado na língua latina, tem como autores os Padres latinos e os Escolásticos, à frente de todos AGOSTINHO (+ 430) e, depois, TOMÁS DE AQUINO (+ 1274). Seu ponto de partida é a essência do Deus Uno. Para esses teólogos, Deus mesmo é a Trindade, tal como aparece na Escritura, Deus que é comunhão entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Pretendem salvar a comunhão divina, a igualdade dos três, tanto na eternidade, quanto nas ações extra-trinitárias. Para entender como se dá essa comunhão, iniciam então com a pessoa do Pai para vê-lo como gerador eterno do Filho e concluem com a processão do Espírito Santo a partir do amor unitivo e distintivo que há entre o Pai e o Filho. Assim, ao mesmo tempo em que preservam a unidade, ressaltam também as distinções. Sabe-se claramente quem é quem. O Pai é o amante, o gerador, o não-gerado, o princípio sem princípio. O Filho é o amado, o gerado, o princípio a partir do princípio. O Espírito Santo é o laço de amor entre o Pai e o Filho, o Espírito da unidade na diversidade do Pai e do Filho.

Por causa da intenção de mostrar racional e objetivamente como se dá a comunhão nas diferenças, esse modelo se caracteriza pelo acento à metafísica, à lógica, à racionalidade, à distinção, à organização, ao direito. Parece ter a pretensão de apreender o ser da Trindade, encaixando-a numa fórmula matemática, elaborando um teorema trinitário. Bem diferente do modelo oriental - da mística e

"Trata-se do cristomonismo, mais vezes criticado na história da Igreja e da teologia"

da estética -, o modelo ocidental vai dar suporte ao sentido lógico e jurídico, visível e organizatório da fé.

2.2. O PERIGO: UNIFORMIZAÇÃO, INSTITUCIONALISMO E RACIONALISMO

Ao lado do valor dado à lógica e ao direito, à essência e à distinção, à encarnação e à organização, tão marcantes na Igreja e nas sociedades do Ocidente, este modelo carrega, porém, um grande perigo, nem sempre evitado no decorrer da história da teologia, da pastoral e da política cristãs. Situadas no mesmo ponto de partida - a unidade da essência de Deus -, algumas heresias romanas do século III (NOETO, PRAXELAS, SABÉLIO) ressaltavam tanto a unidade que

acabaram rejeitando as diferenças entre as três pessoas divinas. Não aceitando que Jesus de Nazaré pudesse ser Deus, por ser carnal e mortal, o docetismo (do grego, *dokein* = parecer, aparecer) ensinava que ele era o único e mesmo Deus em aparência humana. A partir da heresia cristológica do docetismo desenvolvem-se diversas heresias trinitárias. Chamadas, depois, complexivamente, com o nome de modalismo, ensinavam que há um só Deus - o Deus uno -, que se apresentou à nossa história em três modos (daí o nome!): como Pai no Antigo Testamento, como Filho em Jesus de Nazaré, como Espírito Santo na Igreja primitiva. As pessoas divinas são vistas, assim, como funções salvíficas, não pessoas em sua identidade e individualidade próprias, mas papéis, máscaras (no lat. *per-sona*, a máscara através da qual falava, no teatro, a personagem) que mostram, em tempos diferenciados, a mesma e uma divindade.

Com a preocupação de salvar a unidade de Deus, acaba-se com a Trindade, instaurando, de modo muito semelhante ao modelo anterior, a concepção de um único e mesmo Deus que, sendo Criador e Senhor do Universo, domina a obra da criação e da história, revelando-se em suas máscaras e papéis e funções diferenciadas, como criador, como redentor, como santificador. Como no contraponto do modelo anterior, estas heresias também esvaziam o conteúdo bíblico que sempre fala de três sujeitos diferentes numa única comunhão, os três atuando numa única história da salvação, inter-dependentes em suas ações. A história da revelação dá a entender que, na intimidade da vida intra-trinitária, há um movimento em que os três não são apenas funções, mas realidades com identidade e subjetividade próprias, livres e interdependentes entre si.

Fica evidente o perigo que surge quando se trata de aplicar esta teologia à política. Menos na vertente ortodoxa de AGOSTINHO e TOMÁS DE AQUINO, bem mais na vertente herética de NOETO, PRAXÉIAS e SABÉLIO, estão presentes sérios riscos. As conseqüências são as mesmas do modelo anterior, com a agravante do funcionalismo, institucionalismo, uniformismo. Cria-se uma religião da essência de Deus, uma "religião do Deus Uno", visto como senhor absoluto, representado na terra pela instituição eclesiástica, pelo poder estatal, pela sociedade harmoniosa, pela família patriarcal. Nessa "religião do Deus Uno", dá-se espaço demasiado à pessoa do Filho. Uma vez que ao Filho feito carne em Jesus de Nazaré cabe a propriedade divina da encarnação e visibilização de Deus, da reconciliação e recapitulação de tudo e todos em Deus, ele ocupa lugar central nesta "religião", que poderia também ser conhecida como "religião do Filho" (PASTOR, 1982, 66). Trata-se do cristomonismo, mais vezes criticado na história da Igreja e da teologia, como responsável pelo visibilismo jurídicista e uniformismo clerical da Igreja do Ocidente.

Além dos desvios do modelo anterior, nas relações intra-eclesiais essa "religião" é caracterizada pelo ritualismo litúrgico, pelo direito moralista, pelo institucionalismo eclesiástico, pelo funcionalismo burocrático. Também nas relações sociais e políticas, este modelo exerceu sua influência, enquanto justificava toda pretensão uniformizadora das instituições estatais ou sociais.

Tanto na Igreja quanto na sociedade, não contavam as pessoas, mas a instituição. As pessoas deviam cumprir, ordenadamente, sob pena de exclusão, suas funções, com o fim de salvar a instituição. Assim, por exemplo, para salvar a doutrina e o direito da instituição da Igreja, os seus críticos eram excomungados. Para salvar a soberania e o poder da instituição do Estado, os seus oponentes eram silenciados. As instituições da família, da escola, da paróquia, etc., prevaleciam sobre a liberdade e a consciência, a dignidade e a responsabilidade de seus membros. Não havia lugar, na Igreja, para a diversidade dos carismas e vocações, dos movimentos e comunidades. Não havia lugar, na sociedade, para a variedade de organizações e associações, de partidos e grupos. Não havia lugar na família e na escola para a expressão dos anseios das mulheres, dos jovens, dos estudantes. Numa cultura eurocêntrica, não havia lugar para o indígena e o negro. Prevalecia a uniformidade. Na defesa da unidade, caía-se na uniformidade.

Aos perigos apresentados soma-se ainda o racionalismo teológico, que pretende dominar a Deus pela idéia do Deus-natureza, entidade abertamente incompatível com o Deus cristão, por ser fruto de reduções racionais, certamente não desinteressadas da política, do modalismo antigo e do legalismo moderno. Observando a forte presença desse conceito de Deus na teologia, J. L. SEGUNDO denuncia: "Nessa natureza, (a teologia) só vê o que pode deduzir de sua infinidade, de sua suficiência absoluta, de sua plenitude de todo valor, identificada com uma felicidade sem sombras nem obressaltos. Essa natureza, considerada sem mais como Deus, separa-o, de maneira abissal e irremediável, de toda natureza criada, e, por isso mesmo, de toda mudança, de toda dor, de toda história" (Id., 1977, 97-119, aqui: 102; ELLER, 1988, 151-154). Os cristãos que buscam um Deus em mundo e sem história, fora das mudanças e conflitos sociais, aqueles que vivem uma fé estática, sem política, esquecem-se do Deus de Israel e de Jesus Cristo, "um Deus que livremente e apesar de não precisar, por sua natureza, adecer, mudar e morrer, amou e se entregou, em toda a extensão da palavra, à lógica desse amor" (SEGUNDO, 1977, 108).

Criticando este modelo, a partir da doutrina trinitária do reino da liberdade, escreve MOLTMANN: "O monoteísmo monárquico legitima a Igreja como hierarquia, como poder sagrado... A doutrina trinitária (ao contrário) constitui a Igreja como comunidade sem dominação... Em lugar da autoridade e da obediência primam o diálogo, o consenso e a harmonia... Em lugar da hierarquia que conserva e impõe a unidade, aparecem a fraternidade dos irmãos e irmãs na paternidade de Cristo" (Id., 1983, 219s). Esta crítica, feita a despeito da influência deste modelo sobre a vida da Igreja, vale sem dúvida também para seu peso histórico e cultural sobre a sociedade. De fato, foi só com o advento da modernidade que passou a prevalecer uma concepção e uma prática mais democráticas das instituições. Entraríamos então na concepção do terceiro modelo.

2.3. A META: A INTEGRAÇÃO HOLÍSTICA

Mas, se é verdade que este modelo acarreta os riscos de uniformização e do institucionalismo, da abstração racionalista e do deísmo dualista, também é certo que ele carrega consigo a interpelação pela unidade. O mundo moderno e

pós-moderno está fragmentado, perdeu a estabilidade e segurança oferecidas pela unidade da cristandade medieval, construída, aliás, no suporte do modelo latino que estamos estudando (uma só Igreja - a católica; uma só raça - a branca; um só continente - a Europa; uma só matriz conceitual - a natureza criada por Deus, etc.). Caracteriza o mundo moderno e pós-moderno a diversidade de situações, ideais e valores. Mas nem por isso o ser humano abandonou o anseio pela unidade. Os apelos da Nova Era apontam exatamente para o horizonte do holismo, da integração do ser humano com Deus e do cosmos, da união entre culturas e religiões.

A Trindade, na concepção justa deste segundo modelo de reflexão teológica, torna-se crítica a toda forma de uniformização, institucionalização e racionalismo que massacra e exclui as diferenças. Mas também torna-se inspiração para o empenho pela unidade e para o sentido e a prática da comunhão eclesial e da organização social.

3. A DISTINÇÃO DOS TRÊS: ANARQUIA OU DEMOCRACIA PARTICIPATIVA?

3.1. O CAMINHO: DISTINÇÃO, IGUALDADE E SUBJETIVIDADE

O terceiro modelo está em fase de germinação e desenvolvimento. Ele surge dos anseios do ser humano moderno por liberdade e igualdade, por individualidade e participação. Está sendo elaborado por teólogos das mais distintas tradições cristãs: os ortodoxos BULGAKOV e EVDOKIMOV, o protestante MOLTMANN (1983, 220-238), o católico L. BOFF (1987, 156-192). Seu ponto de partida é a distinção das três pessoas divinas. A revelação bíblica fala de três sujeitos divinos que se revelam mutuamente, que agem interdependentemente na história da salvação. Essa constatação leva ao entendimento de que também na intimidade da vida intra-trinitária haja uma comunhão em que cada um dos três é considerado na sua diferença, na sua identidade, nas suas propriedades. A comunhão não é niveladora e massificadora, mas existe exatamente por causa de e através da diversidade dos três. A Trindade não é uma sociedade anônima, uma geléia geral, uma mistura fina de entes sem personalidade. Ao contrário, é a comunhão de pessoas distintas entre si. Cada uma entra com o que tem de próprio e peculiar. O Pai com a paternidade, a manancialidade, a fontalidade. O Filho com a receptividade, a acolhida. O Espírito com a unitividade diferenciadora e com a diversidade unitiva. Sendo três diferentes, não são divididos e separados, mas plenamente interdependentes entre si, na chamada comunhão pericorética de interpenetração, intercomunhão.

Com o objetivo de mostrar como as diferenças pessoais realizam e vivem a comunhão, esse modelo se caracteriza pelo acento à diversidade, à participação, à subjetividade e individualidade, à liberdade e à consciência. Bem diferente

*"A doutrina
trinitária
constitui
a Igreja como
comunidade
sem dominação"*

dos modelos anteriores, este modelo moderno vai acentuar o sentido participativo e igualitário, libertário e democrático da vida de fé.

3.2. O PERIGO: ANARQUIA, DIVISÃO E INDIVIDUALISMO

Ao lado do valor dado à participação e à democracia, à subjetividade e à fraternidade, este modelo carrega, contudo, um grande perigo, nem sempre evitado no decorrer da história da teologia, da pastoral e da política cristãs. Partindo da mesma preocupação - salvaguardar as distinções em Deus -, algumas heresias dos primeiros séculos (por ex. DIONÍSIO, bispo de Alexandria, em meados do século III, em sua reação contra o sabelianismo) acabaram ressaltando-as de tal modo que caiu-se no triteísmo, que possibilitava ver na Trindade a realidade contraditória de três deuses, três princípios distintos de ser. Também no século XIII, a teologia trinitária do abade Joaquim DE FIORE (+1202) foi questionada no IV Concílio de Latrão (1215) porque teria identificado as três pessoas com três presumíveis eras da história (o Pai com o Antigo Testamento, era da escravidão; o Filho com o Novo Testamento, era da graça; o Espírito Santo com sua época de anseios de renovação, era da liberdade), separando as pessoas entre si, não tendo explicitado claramente a realidade da comunhão eterna dos três (MOLTMANN, 1983, 220-226; FORTE, 1987, 79-83). Desse modo, corre-se o risco de dividir a Trindade, de acabar com a unidade e a unicidade de Deus.

Com a preocupação de salvar as diferenças, acaba-se com a comunhão, instaurando a concepção de um Deus dividido em mônadas isoladas entre si. Como nos modelos anteriores, estas heresias - ou, pelo menos, ambigüidades - também esvaziam o conteúdo da revelação que sempre fala de três sujeitos diferentes numa única comunhão. Pela história da salvação, pode-se captar que na intimidade da vida intra-trinitária há um movimento de vida e comunhão em que os três não são divididos e separados. São realidades com identidade e subjetividade próprias, livres e interdependentes entre si, que, exatamente a partir e através das distinções, vivem eternamente em comunhão.

Fica evidente o perigo que surge quando se trata de aplicar esta teologia à política. Menos na vertente ortodoxa de BULGAKOV, EVDOKIMOV, MOLTMANN e L. BOFF, bem mais na vertente herética de DIONÍSIO e na vertente ambígua de Joaquim DE FIORE, estão presentes sérios riscos. As conseqüências são bem diversas daquelas dos modelos anteriores: subjetivismo, anarquia, democratismo,

basismo, conflitivismo, setorialismo. Cria-se uma "religião do Espírito", onde não há critérios de identidade e diferencialidade para o acesso a Deus (PASTOR, 1982, 67; FELLER, 1995a, 47-49). Esta "religião" poderia realizar-se de dois modos: cada grupo cria o seu Deus, o Deus de cada nação e cultura, religião e igre-

ja, movimento e comunidade, gerando o relativismo moral, o conflitivismo social e o indiferentismo religioso; ou cria-se o Deus impessoal da Nova Era, Deus da conciliação amorfa de todos os ideais e valores, mesmo se contraditórios entre si (FELLER, 1995b, 341-353).

Nas relações intra-eclesiais essa "religião" é caracterizada pelo setorialismo na pastoral, pelo basismo das comunidades, pela anarquia nas celebrações. Nas relações sociais e políticas, surge o assembleísmo dos conselhos, o democratismo das relações.

Ao contrário do modelo anterior, este não dá tanto peso às instituições quanto às pessoas. Tanto na Igreja quanto na sociedade, passa a valer o plural, muitas vezes em detrimento da unidade. As instituições são criticadas como super-estruturas produzidas ideologicamente por interesses econômicos e políticos. Em duas vertentes faz-se a crítica das instituições. O capitalismo liberal e, agora, neo-liberal critica com interesse funcionalista as instituições, porque estatizam demais não deixando espaço para as liberdades individuais, a iniciativa privada. O coletivismo marxista as critica, com acento na dialética, porque exploram e oprimem contingentes enormes de pessoas, trabalhadores, feitos mão-de-obra barata, excluídos dos meios e dos bens de produção. No entanto, um e outro, baseados que são no monoteísmo religioso ou no panteísmo ateu, promovem a criação de uma sociedade desumana: o capitalismo torna-se egoísta; o socialismo cria a massificação coletivizante. Como assevera MOLTMANN, "o personalismo ocidental esteve aliado com o monoteísmo até hoje, enquanto que o socialismo do Leste, desde a perspectiva religiosa, tem uma base panteísta, mais que atéia". E conclui: "Por isso, o personalismo ocidental e o socialismo oriental não puderam conciliar-se até hoje. Os direitos humanos individuais e os direitos sociais aparecem divididos entre si. A doutrina trinitária cristã pode desempenhar um papel importante para alcançar a necessária convergência em vista de uma sociedade verdadeiramente humana" (Id., 1983, 216s).

3.3. A META: COMUNHÃO ECLESIAL E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Este modelo tem a vantagem de exercer sua influência na sociedade e na Igreja, enquanto justifica toda pretensão democratizadora das organizações e instituições. Será preciso, porém, mais tempo e, sobretudo, mais prática política democrática, mais comunhão e participação eclesial, mais exercício comunitário do poder, para fundamentar os argumentos e a argamassa deste terceiro modelo. Estamos vivendo um momento único na história da fé. Nos primeiros séculos do cristianismo, a Igreja inculturou o Evangelho proveniente da cultura judaica em ambiente greco-romano. Agora é a hora da inculturação em ambiente moderno e pós-moderno, urbano e global. O modelo novo de teologia trinitária que está surgindo talvez não consiga, por falta de tempo - e de conversão, da nossa parte! - marcar as relações sociais e eclesiais do nosso tempo. Mas, será determinante para a sobrevivência da Igreja e da humanidade dos tempos futuros! Na dependência da força deste modelo se encontram os movimentos libertários dos pobres, dos indígenas e dos negros, das crianças e das mulheres, das culturas e religiões oprimidas.

*"Corre-se o risco
de dividir
a Trindade,
de acabar
com a unidade
e a unicidade
de Deus"*

Proposto por MOLTMANN como doutrina trinitária do reino de Deus e da liberdade do ser humano, este modelo salienta a contribuição de cada pessoa divina (a criação como obra do Pai, a libertação como obra do Filho e a glorificação como obra do Espírito) para a edificação do Reino de Deus trino e para a fundamentação da liberdade de cada ser humano e da humanidade em geral. Superando o velho método do domínio, este modelo instaura a comunhão. "Enquanto a liberdade seja simples domínio, é preciso separar, isolar, individualizar e distinguir para poder dominar. Mas, se a liberdade significa comunhão ou comunidade, então se vive a unificação de todas as coisas separadas... A liberdade como comunhão é, pois, o movimento contrário à história das lutas pelo poder e das lutas de classe" (MOLTMANN, 1983, 233).

CONCLUSÃO

Como se vê, cada modelo de teologia trinitária traz vantagens e riscos para o exercício eclesial e político do poder. Por isso, não se pode cair no idealismo de escolher apenas um modelo, excluindo os outros, transplantando-o sem mais, desconhecendo a realidade da carga histórica e cultural que nos põe diante de todos os três. Será preciso, sim, aproveitar-se das vantagens oferecidas por cada um, estabelecendo critérios que possam anular o desenvolvimento dos perigos que trazem.

*"Uma nova
imagem de Deus
Trindade que
justifique e sustente
uma nova
proposta de
organização
social e de
prática política"*

Sabendo que o primeiro modelo privilegia o dado bíblico da ordem das relações, o segundo privilegia a comunhão, e o terceiro as distinções, pode-se imaginar que, numa integração mútua, cada modelo dá sua contribuição para que os outros dois não caiam nem em heresias nem em práticas injustas. Assim, o primeiro modelo, salientando

a presença da autoridade, impede que a sociedade e a Igreja se tornem sociedade amorfa ou anárquica. O segundo modelo, pela relevância dada à comunhão, impede o autoritarismo e o individualismo. O terceiro, pela valorização das diferenças, impede a opressão e a massificação.

Mas, numa interpenetração dos três modelos, deve-se, a nosso ver, dar preferência ao terceiro, que está sendo forjado em nosso tempo. Para isso, será preciso pôr em prática, nas relações inter-pessoais, grupais e comunitárias, o exercício comunitário e participativo do poder. É urgente fortalecer a relação entre uma teologia trinitária que parte da distinção das pessoas divinas e uma prática política e pastoral em que se leva em conta a diversidade de pessoas e situações, dos carismas e ministérios.

Na prática comunitária e participativa do poder, tanto eclesial quanto social, haverá sem dúvida lugar para uma ordem de relações, em que apareça claramente quem exerce a autoridade. O primeiro modelo tem sua vez. No entanto, a

autoridade será exercida a partir da consciência de se ter o carisma adequado para tanto. Carisma este recebido do Espírito e não da instituição. Será preciso provar os carismas de quem pretenda possuir algum cargo de direção, a fim de que não aconteça que vá exercer o poder a título pessoal e excludente.

Igualmente, tem vez o segundo modelo, com seu acento na instituição, na distribuição dos papéis e funções. Tanto a Igreja quanto a sociedade somente subsistem na base da organização. No entanto, a estrutura institucional e organizacional terá sentido enquanto servir de apoio à dinâmica da vida e à diversidade de carismas. Portanto, a instituição também estará sob a interpelação do Espírito.

De qualquer modo, os desafios do mundo moderno e pós-moderno exigem que nos apresentemos à humanidade do terceiro milênio com uma nova imagem de Deus Trindade que justifique e sustente uma nova proposta de organização social e de prática política (MUÑOZ, 1986, 32-238; FELLER, 1995c, 101-120). O terceiro modelo está aí para responder a estes desafios. O Deus-Trindade não poderá mais servir como álibi para imperialismos colonialistas, para machismos opressores, para exclusivismos marginalizadores. Não pode mais ser apresentado como ídolo. Ele é diferente dos deuses da modernidade, ídolos que exigem o sacrifício dos pobres para poderem manter-se no poder. Uma vez que o nosso Deus-Trindade é, ele mesmo, origem de todo poder, ele o exerce no despojamento e na humilhação, conforme nos mostra de modo contundente a práxis de Jesus de Nazaré.

FONTES

- BOFF, Leonardo. *A Trindade e a sociedade*. Vozes, Petrópolis, 1987.
- FELLER, Vitor Galdino. *O Deus da revelação*. Loyola, SP, 1988.
- FELLER, Vitor Galdino. *A Nova Era: religião do Espírito?*, em *Encontros Teológicos* 18, ITESC, Florianópolis, 1995a, 45-49.
- FELLER, Vitor Galdino. *Nova Era e fé cristã: mútua exclusão?*, em *REB* 218, Vozes, Petrópolis, junho 1995b, 338-364.
- FELLER, Vitor Galdino. *A revelação de Deus a partir dos excluídos*, Paulus, SP, 1995c.
- FORTE, Bruno. *A Trindade como história*, Ed. Paulinas, SP, 1987.
- MOLTMANN, Jürgen. *Trinidad y Reino de Dios*, Sígueme, Salamanca, 1983.
- MUÑOZ, Ronadlo. *O Deus dos cristãos*, Vozes, Petrópolis, 1987.
- PASTOR, Félix Alexandre. *Semântica do mistério*, Loyola/PUC, SP/RJ, 1982.
- SEGUNDO, Juan Luis. *A nossa idéia de Deus*. Teologia aberta para o leigo adulto, vol. III, Loyola, SP, 1977.

Endereço do Autor:

*Casa Paroquial da Catedral
Rua Arcipreste Paiva, 70
88010-530 - FLORIANÓPOLIS - SC*